

Os Alienados de Sempre

A irresponsabilidade acumulada em 50 anos de má gestão das finanças públicas parece ter chegado ao cúmulo no Congresso. A sociedade brasileira está assistindo à rápida derrocada das finanças federais, estaduais e municipais e da Previdência, entre outros motivos, por falta de realismo dos políticos no exame da política fiscal. Os políticos em geral, e o Congresso em particular, costumam criar despesas sem previsão de receita: acham que o Tesouro é um saco sem fundo. Não é verdade, pois o déficit fiscal acaba dando origem à inflação.

Talvez porque não tenham plena consciência de que as verbas com que o Tesouro Nacional sustenta o Legislativo se originam dos impostos pagos pela sociedade (tanto que se autoconcedem generosos reajustes aos seus já elevados salários) os deputados ainda não se deram conta de que a vida das empresas privadas obedece a uma realidade totalmente diferente: as despesas só podem ser arcadas com receitas próprias. Do contrário, o endividamento bancário pode comprometer irremediavelmente a saúde financeira, como ocorreu com o setor público brasileiro.

Acordo de lideranças acertou ontem, de afogadilho, a incorporação de todos os abonos concedidos de março a agosto ao salário de setembro. Ao contrário dos deputados e senadores, funcionários do Congresso, do Judiciário, da União e das estatais,

que costumam receber o salário do mês antes mesmo do seu término, lá pelo dia 25, a maioria da população economicamente ativa, contratada pelas empresas privadas, costuma receber seus salários até o quinto dia útil do mês seguinte.

As empresas preparam as folhas salariais, mediante computador, através de complexos cálculos de desconto de contribuições sociais, até o dia 25 de cada mês, com a respectiva previsão de desembolso. Centenas de milhares de programas de computador terão de ser refeitos para ajustar as folhas à nova programação, num aumento de custos operacionais que já seria insuportável para a maioria das empresas.

O pior é que o aumento do desembolso das folhas salariais não poderá ser suportado com capital próprio pela maioria das empresas privadas, já às voltas com enormes dificuldades para pagar salários e as pesadas contribuições sociais que as sobrecarregam desde a Constituição. E agora essa estemporânea despesa extra terá de ser suportada com recursos de origem bancária, que, como se sabe, estão nas alturas.

Nada parece importar para o Congresso, que vive alheio ao Brasil real, onde se gasta mais do que se arrecada com a anuência da representação política. Os demais que se danem.

26 SET 1991

JORNAL DO BRASIL